

# Variações Linguísticas e estigmatização da Fala: algumas considerações para o professor de Língua Materna

**Renata A. Freitas**

*Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté – UNITAU  
Professora de Línguas Estrangeiras Modernas nos Cursos de Letras e Comunicação Social das Faculdades  
Integradas Teresa D'Ávila – FATEA – Lorena, SP  
Professora de Língua e Literatura Espanholas no Curso de Letras da Universidade de Taubaté – UNITAU –  
Taubaté, SP.*

## **Resumo**

*Nossa intenção neste artigo é oferecer ao leitor uma visão panorâmica da abordagem dos estudos da língua sob duas perspectivas – a escrita e a fala – e as consequências da supremacia da primeira sobre a segunda na realidade do professor de língua materna, sobretudo no ensino Fundamental, quando a variedade trazida pelo aluno pode expô-lo ao preconceito linguístico. Abordamos a questão das variações e o preconceito linguísticos apresentando um breve histórico da evolução dos estudos da língua, partindo da gramática prescritiva da antiguidade clássica, passando pelo surgimento dos estudos linguísticos no fim do século XIX e suas contribuições e chegando ao aparecimento da Sociolinguística na década de 1960. Concluímos com algumas considerações sobre o estado da questão variações / preconceito e uma reflexão sobre o papel do professor de língua portuguesa, em seu dilema de como trabalhar norma culta e variação linguística em sala de aula.*

## **Palavras- chave**

*Variações linguísticas; Preconceito linguístico; Língua; Fala.*

## **Abstract**

*In this paper we intend to offer the reader an overview of the approach of the language studies under two perspectives – writing and speech – and the consequences of the supremacy of the first one over the second in the work of the mother language teacher, specially in the Elementary School, where the linguistic variety used by the student can expose him to linguistic prejudice. We approach the problem of the varieties and the linguistic prejudice presenting a brief resume of the language studies evolution, beginning from the prescriptive grammar of the Classic Antique, passing through the appearing of the linguistic studies in the end of the XIX century and its contribution and reaching the Sociolinguistics researches, in the early 1960's. We conclude with some comments on the varieties / prejudice problems nowadays in our country and a consideration on the role of the mother language teacher, in his dilemma of how to teach pattern language an linguistic variety in the classroom.*

## **Key words**

*Linguistic varieties; Linguistic prejudice; Language; Speech.*

*“O serviço mais útil que os linguistas podem prestar hoje é varrer a ilusão da deficiência verbal e oferecer uma noção mais adequada das relações entre dialetos padrão e não padrão.”*

*William Labov, The Logic of Nonstandard English, 1969.*

## **Introdução**

### **Conceituando linguagem, língua e dialeto**

Os gramáticos Cunha e Lindley (1985) apresentam o conceito de linguagem como um conjunto complexo de processos, resultante de certa atividade psíquica e determinado profundamente pela vida social, que torna possível a aquisição e o emprego de uma língua.

Por língua os autores entendem um sistema gramatical compartilhado por um grupo de indivíduos, que se presta à expressão da consciência de uma coletividade, pelo qual esta manifesta sua maneira de conceber o mundo e de atuar sobre ele. A língua é, portanto, a utilização social da faculdade da linguagem, criada pela sociedade e passível de mudanças, estando em perpétua evolução para acompanhar as mudanças do organismo social que a criou. Cunha e Lindley (1985) assumem como dialeto a variedade regional das línguas.

Por sua vez, Bechara (1999) define linguagem como qualquer sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar conteúdos da consciência (ideias e sentimentos). Explica que a realização da linguagem humana articulada se dá por meio de sistemas de isoglossas, ou *línguas iguais*, que se materializam no ato linguístico, isto é, em cada unidade de comunicação da linguagem humana, seja palavra ou frase.

Bechara (1999) aponta a diversidade na unidade que constituem as línguas históricas (como o português), que são constituídas por várias línguas mais ou menos próximas ou mais ou menos diferenciadas entre si, mas sem perder sua identidade – sem deixar de ser o português. As comunidades que utilizam essas diversidades da mesma língua geralmente buscam um veículo comum de comunicação, que manifeste sua unidade. Para tanto, elegem um entre os dialetos utilizados - geralmente o que desfruta de melhor prestígio político e cultural – como canal de expressão e comunicação, que permita unificar as variedades regionais e refletir a unidade que pretendem as comunidades irmãs. Essa variedade mais prestigiada passa a ser, então, a língua comum, e as outras são conhecidas como variedades ou dialetos.

### **Gramática e Linguística: um pouco de história**

A preocupação do homem com a linguagem aparece desde muito cedo nos registros da história da humanidade. Nos textos bíblicos temos o exemplo da Torre de Babel.

Os estudos da língua estão presentes na história do homem desde a Antiguidade Clássica. A Gramática era parte da Filosofia no mundo grego, sendo a obra de Dionísio, o Trácio, no século II a. C., a primeira descrição gramatical feita no mundo ocidental.

Na Índia, encontramos na antiguidade a gramática de Panini (século IV a. C.), que se ocupou da descrição de da linguagem dos textos sagrados em sânscrito. A descoberta da análise gramatical do sânscrito levou ao desenvolvimento da lingüística comparativa, no século XIX.

Os antigos estudos da linguagem focavam-se na língua escrita e atribuíam a ela primazia sobre a língua falada. Consideravam negativas as mudanças que ocorriam nas

línguas, pois acreditavam que estas levariam a sua deterioração e corrupção, por meio das manifestações dos iletrados.

Os gramáticos romanos fundamentaram seus estudos nos trabalhos dos gramáticos gregos, e consideravam como modelo de língua correta a língua escrita de escritores clássicos como Virgílio e Cícero.

Os estudos gramaticais apoiavam-se solidamente na noção de certo ou errado, e a gramática assumiu uma visão prescritiva, que parte da ideia de que a língua escrita é superior e mais correta do que a língua falada. A gramática passa a ser entendida como o conjunto de regras a serem obedecidas para o bem falar e escrever da língua, com o objetivo de ensinar “a arte de escrever e falar corretamente”.

Os valores da gramática prescritiva continuam muito presentes ainda hoje no ensino das línguas, sobretudo quando se trata de língua materna. A valorização da variante escrita padrão sobre as variantes faladas contribui para o surgimento do preconceito linguístico, do qual trataremos mais adiante.

No século XIX, a descoberta da análise gramatical do sânscrito deu origem à linguística comparativa ou histórica. Os estudos comparativos realizados por Sir William Jones em 1786, com o sânscrito, o grego clássico e o latim mostraram tantas semelhanças entre vocabulário e estrutura dessas línguas que não podiam ser consideradas apenas coincidências. Os linguistas chegaram à conclusão de que teria havido uma língua-mãe, à qual chamaram indo-europeu, da qual se originaram todas as outras.

O indo-europeu pode ser considerado como uma família linguística, pois é constituída de línguas com uma relação de parentesco. Teria sido uma língua falada por uma comunidade migratória que, viajando por territórios europeus, teria dado origem às línguas antigas – e também às atuais - cujos registros escritos estavam sendo comparados.

A linguística moderna, que entendemos como estudo científico da linguagem, surge no início do século XX com a publicação da obra póstuma de Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, em 1916. Toma por objeto de estudo a linguagem verbal (a língua), em suas manifestações oral e escrita. Assume-se como ciência descritiva por adotar uma análise objetiva dos fatos linguísticos, e explicativa, por buscar explicações para os fenômenos linguísticos observados. A linguística moderna considera as línguas como organismos vivos, sujeitos a transformações, que não considera como deteriorações. Essa nova visão vai ser tratada pela Sociolinguística, que traz também um olhar mais tolerante para aquilo que antes se considerava uso errado da língua e era alvo de preconceito linguístico.

## **Dicotomias de Saussure: língua e fala**

Saussure elege a língua como objeto de seus estudos, por ser ela um sistema que possibilita a comunicação entre as pessoas e ao mesmo tempo ser coletiva, social. A língua é uma espécie de acordo entre os membros da sociedade que a utilizam; não pode ser modificada pelo indivíduo e qualquer alteração linguística precisa ser aceita pela comunidade para ser-lhe incorporada.

Saussure estabelece conceitos dicotômicos em seu estudo da língua, tais como o estudo sincrônico (a língua em um ponto do tempo) e o diacrônico (a língua através do tempo), significado (conceito) e significante (imagem acústica que o falante tem de um som), e a oposição língua (coletiva, código linguístico compartilhado, convenção social) e fala (individual e sujeita a interferência de fatores não linguísticos: sociais, geográficos, situacionais), que abre caminho para o surgimento da Sociolinguística.

## A chegada da Sociolinguística

A Sociolinguística surge a partir do estudo das relações entre linguagem e sociedade, buscando identificar o papel social da linguagem.

Essa abordagem tem início com as pesquisas de Labov que, na conturbada década de 1960, momento marcante da luta pela igualdade racial nos Estados Unidos, realizou pesquisas junto à comunidade negra no Harlem buscando demonstrar que os negros não eram intelectualmente inferiores e cultural e linguisticamente limitados por sua maneira diferente de falar, de acordo com o resultado de pesquisas linguísticas anteriormente realizadas – de cujos métodos Labov discordava.

Abandonando os procedimentos tradicionais de pesquisa, como entrevistas dirigidas realizadas em laboratórios, Labov trabalhou *in loco* e da maneira mais natural possível com pessoas que usavam a “linguagem das ruas”. O resultado foi publicado em seu conhecido artigo “The logic of non-standard English” (1972), elevado à categoria de clássico da Sociolinguística.

Em 1966, Bright publica *Sociolinguistics*, obra em que destaca o papel dos falantes em suas interações verbais e sociais, e relaciona a diversidade linguística a fatores como identidade social (do emissor e do receptor), contexto social e o julgamento social que os falantes fazem de seu comportamento linguístico e do dos outros.

Esses e outros trabalhos seguindo a mesma linha de pesquisa dão origem à Sociolinguística, voltada para a descrição e análise da língua falada no contexto em que ela ocorre, em situações reais de uso, buscando verificar como fatores linguísticos e extralinguísticos se relacionam nos distintos níveis gramaticais de uma língua (fonético, morfológico e sintático). A Sociolinguística interessa-se pela heterogeneidade da língua, ou seja, pelas variações ou variedades linguísticas. Como leva em consideração o uso que o falante faz da língua em diferentes situações, aporta uma reflexão sobre a linguagem e a aceitação das diferenças.

## Variedades ou variações linguísticas

Variedades ou variações linguísticas são os diferentes usos que os falantes fazem de uma língua, e estão relacionados a fatores situacionais, regionais ou sociais, permitindo a identificação de diferentes variedades, como veremos a seguir.

A primeira variação que identificamos é a determinada pelo espaço geográfico, ou **diatópica**. Essa variação ocorre:

a) em uma mesma língua falada em países diferentes (por exemplo inglês britânico ou norteamericano, português do Brasil ou de Portugal, espanhol ibérico ou latinoamericano). Essas variações se notam no plano fonético (pronúncia do *ll*, por exemplo, no caso do espanhol; de vogais como *e* e *u* entre falantes de português brasileiros ou portugueses; o chamado *sotaque*); no plano lexical (*chapa*, em português angolano, e *perua* ou *van*, em português do Brasil); e no plano sintático (*estou a falar consigo*, *estou falando com você* – Portugal / Brasil).

b) nas diferentes regiões de um país que fala uma única língua. São os casos de regionalismo. O paulista reconhece o *r* aspirado do carioca, os falantes da região nordeste são reconhecidos pela pronúncia aberta da vogal *o*, por exemplo (variações fonéticas). No plano lexical, a variação diatópica se dá no emprego de diferentes palavras para nomear o mesmo ser: menino

e guri. E no plano sintático, no uso de estruturas como “não quero” e “quero não”, como se diz na Bahia e parte do nordeste brasileiro.

Compreendemos, portanto, que a região do falante, o grupo com que compartilha a língua define suas escolhas lexicais e sua pronúncia; a variação linguística individual é limitada pelo grupo em que o falante está inserido.

Ao segundo grupo pertencem as variações **diastráticas**, ligadas à posição social ou *status* do falante. São também chamadas *variações socioculturais*, e estão associadas ao falante por influências de idade, sexo, profissão, posição social, grau de escolaridade. A predominância do fator grau de escolaridade baixo evidencia-se, por exemplo, no uso de estruturas sintáticas simples, de formas linguísticas estigmatizadas e na falta de concordância.

Existem ainda as variações ligadas à situação de uso da fala, ou **diafásicas**. Estão ligadas à situação por influência de ambiente, tema, estado emocional, grau de intimidade entre os falantes. Neste caso, o falante adapta seu comportamento linguístico ao ambiente, à situação ou ao interlocutor.

Escolhas lexicais também fazem parte da variação diafásica, pois uma situação formal exige do falante uma linguagem mais específica, e as escolhas feitas em determinado momento podem ser responsáveis pela impressão que o falante causa em seu interlocutor.

No uso do registro informal, por exemplo, pode ocorrer uma variação diafásica de caráter morfológico em que o falante deixa de pronunciar o *r* final de infinitivos como em *beber*, *sair*, acarretando um prolongamento da vogal final dessas formas verbais. A variação é morfológica porque ocorre alteração na estrutura da palavra.

A adequação da língua ao contexto faz parte das habilidades linguísticas do falante. Assim, um mesmo falante usará um registro mais formal ao dirigir-se ao seu superior hierárquico em seu local de trabalho ou a alguém com quem não tem intimidade em qualquer situação, e usará registro informal ao conversar com amigos e familiares, em um ambiente descontraído.

O professor e filósofo Paulo Freire, (autor de *Pedagogia do Oprimido*), em seu trabalho de alfabetização de lavradores, conversava com seus alunos utilizando sua (a deles) variedade linguística, a do homem do campo. Conta-se que certa vez uma aluna comentou que sabia que essa não era a maneira como ele falava, mas que ao conversar com eles falava assim para que não se sentissem diminuídos.

A perspectiva variacionista, adotada pela Sociolinguística, ensina que não existem variedades melhores ou piores; todas fazem parte da língua em sua heterogeneidade. A Sociolinguística não trabalha com juízos de valor (noções de certo ou errado); leva em conta a adequação ou não do uso de uma variedade linguística em determinada situação.

## **A gramática e o preconceito linguístico**

A gramática normativa ou prescritiva se dispõe a estabelecer regras para quem quer “fazer parte dos que querem falar e escrever bem o português”, segundo Cipro Neto e Infante (1998).

Ao visitarmos as primeiras gramáticas em sua origem, vemos que elas recolhiam as amostras do uso da língua considerada culta de sua época, usada por falantes cultos e grandes escritores para disponibilizá-las aos que queriam ter acesso a essa norma. Então, vejamos: os escritores não aprenderam a escrever bem por meio das gramáticas, mas elas aceitaram e recolheram como culta a variedade usada por eles! Os escritores não foram buscar nas gramáticas a norma culta, mas o contrário!

Mendonça (2001) afirma que

*Estudar gramática é estudar as regras que regulam a norma culta, é saber o que pode ser dito e o que não pode – o que costuma ser visto quase como sinônimo do que pode ser escrito e do que não pode. Ensinar gramática, nessa concepção, é ensinar língua que, por sua vez, é ensinar norma culta, o que significa desprezar outras variedades – não só por ignorá-las, mas por considerá-las inferiores.*

O que percebemos, portanto, é que houve uma inversão de valores: a gramática, de aprendiz com o usuário, passou a ser sua professora. Além disso, a gramática prescritiva estacionou em seu registro do que considera língua culta, ou língua padrão; não acompanhou a evolução da língua que, no dinamismo de seu uso diário, inovou, criou, mudou.

No entanto, devido, entre outros fatores, à primazia que a sociedade atribui à língua escrita em detrimento das outras variedades, esta passou a ser considerada a língua correta, o “padrão” a ser seguido por todos os falantes de uma língua, e as demais variedades, que fogem do triângulo gramática / escola / dicionário, segundo Bagno (1999), passaram a ser consideradas “erradas”, “feias”, “ignorantes”, estendendo-se essa avaliação aos falantes dessas variedades.

Em obras como *Preconceito Linguístico* e *A língua de Eulália*, Bagno (1999) apresenta explicações para a maioria dos fenômenos que são alvo de preconceito linguístico, por meio de analogia com outros momentos da evolução da língua portuguesa ou com fenômenos que ocorrem em línguas estrangeiras. Para a troca do *l* por *r* em palavras como *broco*, *praca* (rotacismo), o autor apresenta palavras da língua latina que apresentavam um *l* que, em sua evolução na língua portuguesa, transformou-se em *r*: por exemplo, *ecclesia* / igreja. Lembra ainda que em na versão original de *Os Lusíadas*, modelo de língua culta literária da época, encontramos palavras como *frauta*, *frechas*, *pranta* e outras.

A perda da marca do plural em *Os menino chegou*, por exemplo, é apontada por Bagno (1999) como um fenômeno de eliminação das marcas de plural redundantes, e o autor lembra que em línguas como o inglês basta o plural do substantivo: *The beautiful girl / the beautiful girls*. Lembra também que no francês se escreve a forma plural, mas não se pronuncia: *Le livre / les livres* soam exatamente igual. Em relação ao *r* retroflexo, característico da fala das zonas rurais, ou também conhecido como o *r* do mineiro, o autor lembra que muitas pessoas que consideram sua pronúncia feia ou ridícula repetem-no ao aprender a língua inglesa, em palavras como *word*, *car*.

O preconceito linguístico não é exclusivo dos brasileiros; Labov, em pesquisa de 1972, mostrou que os nova-iorquinos levavam em conta a pronúncia ou não do *r* retroflexo para fazer julgamento do status social dos falantes. O pesquisador descobriu que deixar de pronunciar o *r* e substituí-lo pelo alongamento da vogal anterior era considerado sinal de baixo status social em Nova Iorque [*ca:*]. Ironicamente, na Inglaterra, berço da língua, essa é a pronúncia padrão do inglês britânico bem falado. Que o diga (ou fale) a rainha.

No cancionário popular brasileiro, fez muito sucesso uma música cuja letra contava a história de um apaixonado que, *de tanto levar frechada do teu olhar* teve o peito transformado em *talba de tiro ao alvaro*. A letra, de forma lúdica, mantém a variedade diastrática da língua falada, com palavras pronunciadas em desacordo com a norma culta de maior prestígio. Em desacordo, enfatizo. Erradas? Então “Por que o grande escritor Camões em seu livro *Os Lusíadas*, ao usar palavras como *ingrês*, *pubricar*, *pranta*, *frauta* e *frecha* não foi tachado de alguém com *defeito de fala*? É preciso analisar, porque se alguma linguagem existe deve ter seu motivo de uso.” (BAGNO, 1999).

O que podemos concluir é que o preconceito linguístico é mais uma das faces do preconceito social, uma vez que as investigações linguísticas mostram que as manifestações consideradas erradas ou inadequadas seguem as tendências naturais do português e têm uma lógica histórica. Tampouco são exclusivas de nossa língua ou fatos isolados. Vivemos um momento de evolução linguística, em que novas formas estão tentando romper a casca do ovo da gramática prescritiva para ter o direito de ver a luz do mundo, mas encontramos grande resistência para a aceitação dessas mudanças.

## **Variedades linguísticas e ensino de Língua Portuguesa – algumas considerações**

Um dos problemas trazidos pelo preconceito linguístico é que, ao negar a variedade falada por um grupo, nega-se a sua identidade cultural. Bagno (1999) afirma que tratar da língua é tratar de política e de seres humanos; assim, quando se discrimina a fala de alguém, na verdade se está discriminando a pessoa que a fala.

No primeiro semestre de 2011 foi distribuído pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), para cerca de 500 mil estudantes do Ensino para Jovens e Adultos (EJA) o livro “Por uma vida melhor”, de autoria da professora Heloísa Ramos.

A obra foi violentamente atacada por apresentar uma “suposta” supremacia da língua falada sobre a escrita (consideramos esta supremacia verdadeira, por entender que a fala é o fio condutor da mudança linguística). A polêmica maior foi causada pela aceitação em sala de aula de variedades linguísticas não correspondentes à norma culta, que irritou profundamente os fundamentalistas do vernáculo.

Os ataques vieram de todas as direções. Do ponto de vista político, a obra foi considerada veículo do governo petista, visando oficializar o “emburrecimento” da população para permanecer no poder, ou uma exaltação ao que foi chamado “a língua de Lula”. Do ponto de vista linguístico, declarou-se que o livro faz apologia do erro, que joga fora as regras de concordância, quando o que propõe é a ACEITAÇÃO – repito, aceitação – do uso das variedades não padrão, consideradas incultas, que o aluno traz para a sala de aula.

Chamado a dar explicações, o então Ministro da Educação Fernando Haddad defendeu o ponto de vista adotado pelo livro e procurou deixar claro que a proposta apresentada era aceitar as variedades do aluno porque esta é a sua realidade, e a partir dela levá-lo a conhecer a variedade padrão, por meio de exercícios que propõem a transcrição de frases da variedade “inculta” para a forma padrão. Linguistas como Bagno e Sírio Possenti manifestaram-se em cartas e artigos à imprensa, embasados também no trabalho de outros defensores do respeito à variedade linguística como realidade e manifestação da evolução da língua, como o Professor, Ataliba Castilho e Magda Soares, para citar apenas alguns. No entanto, venceu a intolerância, e o material foi recolhido.

Há que se levar em conta quem é o aluno do EJA: jovens e adultos que não tiveram acesso à escola, muitas vezes nem à alfabetização, e que trazem de maneira muito arraigada o uso da língua não padrão. Perdemos uma ótima oportunidade de iniciarmos uma grande mudança, no sentido de começar um trabalho novo, com um enfoque diferente, no ensino de língua materna.

A Linguística Moderna aponta que as variedades linguísticas situacionais, regionais ou sócio-culturais são apenas variedade de usos da língua, e não deficiências ou provas de que o falante não conhece sua língua ou não tem competência para falá-la. Não se nega o valor dos estudos dos usos literários ou gramaticais nas escolas; o que se nega é uma orientação que pretenda atribuir valor de correção e pureza a uma variação em detrimento de outra (s).

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) utilizados para regular e direcionar procedimentos pedagógicos para o ensino de língua portuguesa, reconhecem oficialmente as variedades linguísticas do nosso português e sugerem que em sala de aula sejam aceitas e valorizadas. Essa perspectiva de ensino, partindo do que o aluno já traz, tem por objetivo desenvolver suas habilidades linguísticas em lugar de menosprezá-las e simplesmente tentar substituí-las pela variedade chamada culta, artificial, que precisa ser estudada para ser aprendida.

Histerias à parte, restringir o ensino de línguas à gramática normativa equivale a ignorar todas as variedades linguísticas, afirmando que há apenas uma válida e correta, esquecendo-se de que as variedades são USOS que o falante competente faz da língua.

O ensino de língua portuguesa pode servir como um instrumento para combater o preconceito linguístico e promover o respeito à diversidade social e regional, dando aos alunos de diferentes classes sociais a oportunidade de conhecer e utilizar as variedades de sua língua e possibilitando a todos o acesso à norma culta no sentido de prepará-los para a inserção social, em condições de competir em situação de igualdade com aqueles que pensam ter o domínio social da língua.

Tomar a norma culta como único referencial para o ensino contribuiu para a marginalização das demais variedades e para a exclusão de alunos que chegam à escola utilizando as variedades de seu meio social. Ao não reconhecer a variedade linguística, o sistema de ensino criou o preconceito linguístico. (BAGNO, 2009). Cabe também lembrar a observação de Perini (1976), para quem o problema não é ensinar ou não a norma culta, mas como, quando e quanto ensiná-la.

A Sociolinguística contribui para a uma visão democrática das variedades linguísticas ao abandonar a noção de “certo” ou “errado” nas variedades linguísticas e justificá-las como fruto do contato do falante em seu meio social. A questão da aceitação ou não das variedades linguísticas em sala de aula aqui apresentada ultrapassa os limites linguísticos por suas implicações políticas e sociais. Implica tolerância, respeito, sensibilidade e preparo do professor para lidar com uma realidade que não lhe é nova. Vale lembrar, portanto, que a postura do professor de língua materna diante dessas questões poderá contribuir (ou não) para transformações sociais.

## Referências

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**. Novela Sociolinguística. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 49.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua portuguesa**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, Celso; LINDLEY CINTRA, Luís F. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MENDONÇA, Marina Célia. Língua e ensino: políticas de fechamento. In: MUSSALINI, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.

PERINI, Mário A. **A gramática gerativa**: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 30.ed.São Paulo: Cultrix, 2008.

